

Ata da 5ª. Reunião Ordinária do CMCTI, realizada em 12 de dezembro de 2018.

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, com início às nove horas na sala 16 na UNITEN – UNIVERSIDADE DO TRABALHADOR, EMPREENDEDOR E NEGÓCIOS, realizou-se a quinta (5ª) reunião ordinária do CMCTI - Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação. Iniciando a reunião, a Sra. Helenir agradeceu a presença dos conselheiros. **Ausência de entidades sem justificativa:** representantes da UNIESP, SEDU, SEPLAN, VOSSLOH, SINDICATO DOS TRABALHADORES **Membros presentes:** – Sr. Robson Coivo (SEDETER), Luis Alberto Firmino (SEDETER), Helenir Rosa Lima (SEDETER), Alessandro Martins (HUAWEI), Rubens Tadeu Domingos (SEFAZ), Luciana Alves de Moura (SEFAZ), Denis de Carvalho Silva (SEDETER), Brandon Teixeira Feitosa (SEMA), Daniel Bertoli Gonçalves (UNISO), Paulo Roberto Freitas de Carvalho (FACENS), Nelson Rampim Filho (FATEC), Ronaldo Raszl (ETEC), David Pereira dos Santos (ETEC), Gabriel Bergamini (FIT), Renato Ferrari de Carvalho (IPEAS), Alexandre Giuliani (CIESP), Carlos Azevedo Marcassa (ACSO), Bárbara B. Zamuner (OAB) e o convidado Paulo Rebelles representando a INOVA/PTS. Helenir falou sobre a necessidade de regulamentar o fundo do FACITIS, pois extrapolou o prazo de 60 dias previsto em lei, mas que ainda existem algumas discussões a respeito desta pauta. Recordou sobre o grupo de estudos formado na reunião anterior, composto pelos representantes do INOVA/PTS, Roberto Freitas e Juliano, Daniel Finessi (OAB), Rubens (SEFAZ), Helenir (SEDETER), Alexandre (CIESP), Luciana (SEFAZ) e Paulo (INOVA/PTS). O grupo estava responsável pelos estudos de proposta de minuta de decreto que dispõe sobre a regulamentação do FACITIS. Destacou que ficou acordado entre o grupo, que os membros do Conselho Gestor previsto na minuta de Decreto, não terá membros pertencentes ao CMCTI, sendo constituído apenas por membros dos seguintes órgãos: SEDETER; PTS; SEFAZ e INOVA Sorocaba. O Conselho Gestor será responsável por consultar o CMCTI e posteriormente liberar os recursos oriundos do FACITIS. Segundo a proposta de minuta de decreto os recursos recolhidos durante o exercício de 2019, só serão utilizados no ano seguinte, 2020. Helenir apontou que o grupo de estudos acredita que há possibilidade do fundo receber um valor de grande potencialidade durante o ano de 2019 e que talvez não seja conveniente incluir no decreto o período anual para utilização do recurso. Sendo assim, ficou decidido não especificar a periodicidade por período anual, e sim por períodos menores como semestral ou trimestral. Neste instante, Rubens afirmou que a LOA 2019 já estava pronta, mas que não há objeções sobre a entrada de recursos. Luciana afirma que poderá ter uma aprovação especial a qualquer momento, pois o fundo já existe, sendo assim, não há necessidade de prever em decreto. Helenir submeteu ao Conselho, a decisão do grupo de estudos de não prever periodicidade no decreto, sendo aprovado. Outro ponto discutido pelo grupo foi a questão das regras que serão previstas em edital para utilização dos recursos provenientes do FACITIS, para tanto foi proposto pelo grupo a abordagem sobre os meios reembolsáveis, visto que a lei prevê que o recursos podem ser disponibilizados para empresas interessadas em desenvolver projetos de inovação, desde que os valores sejam reembolsados. O grupo pesquisou por financiadoras voltadas a inovação, como

Ata da 5ª. Reunião Ordinária do CMCTI, realizada em 12 de dezembro de 2018.

FINEP, FAPESP, BNDES e Desenvolve SP, para ter referências de linhas de empréstimos. Paulo (FACENS) neste momento indagou a questão do controle de linhas de financiamento, pois neste caso teria que haver parceria com algum banco, caso contrário terá que ser constituído uma estrutura financeira para ficar gerenciando projetos, e que esta discussão lhe pareceu de pouca relevância no momento, pois o mais interessante seria tratar das situações de financiamentos a fundo perdido voltados ao incentivo da iniciação científica e a participação de universidades públicas em startups, sendo posto em pauta futuramente a questão de financiamento reembolsável. Roberto acredita ser pertinente a questão no momento, visto que há previsão em Lei, solicitando a apresentação das linhas de financiamentos. Alexandre Giuliani acredita ser melhor conduzir as reuniões com pautas voltadas a inovação e a respeito de linhas de financiamentos ter como base as mais simples. Helenir fala sobre a importância de já definir a possibilidade de utilização do recurso para empresas na minuta de decreto, pois existe todo um tramite de análise na Secretaria de Assuntos Jurídicos e posteriormente para o Sr. Prefeito aprovar. O Sr. Robson Coivo indagou sobre a previsão de entrada de recursos financeiros e quais serão suas origens, concluindo que mesmo que o decreto seja publicado, poderá ser incluso as informações sobre as formas de utilização do recurso e homologado posteriormente. Paulo Rebelles trouxe material para apresentar as principais financiadoras e suas linhas de crédito, bem como, mostrou a abrangência de etapa de projetos e o que pode ser financiado por cada uma. Se tratando de financiamentos reembolsáveis já praticados por financiadoras, depende de alguns fatores como o grau de inovação e a relevância em termos sociais e de sustentabilidade. Helenir citou o *manual de Oslo*, que traça as diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. Ronaldo questionou se o decreto passaria pela Câmara. Helenir respondeu que o decreto passa somente pela aprovação/ sanção do Sr. Prefeito. Robson acrescentou que pode ser alterado a qualquer momento, conforme entendimento do CMCTI. Helenir falou sobre o regimento interno publicado através do decreto, disse que pela lei o Presidente do Conselho é o Sr. Robson Coivo (SEDETER) e que neste momento necessita eleger os demais membros da diretoria do CMCTI, sendo Vice-Presidente, primeiro secretário e segundo secretário. Robson fez uma sugestão de vice presidente o Sr. Roberto Freitas, visto que o foco de ciência e tecnologia está dentro do PTS e em sua presidência. Todos os membros concordaram com a sugestão. Havendo consenso entre o grupo, foram eleitos: primeiro secretário a Helenir Rosa Lima e segundo secretário Luis Alberto Firmino. Nada mais a ser discutido, às 10 horas e 25 minutos deu-se por encerrada a reunião, cabendo a mim, Denis de Carvalho Silva redigir a presente ata.